rina em satisfação de contingentes a preços tabelados serão estes mesmos preços.

3.º As cotações dos produtos a exportar do ultramar para qualquer mercado livre serão as que as Bolsas ou praças de Londres e de Nova Iorque registarem no mês de exame, podendo, na sua falta, proceder-se como o indicado no n.º 1.º Na falta absoluta desses elementos, e só nesse caso, poderão as cotações ser determinadas pelos preços de venda por grosso em mercado livre nos portos de embarque, acrescidos dos encargos que os produtos tenham de suportar até ao local do destino.

4.º No cálculo da sobrevalorização serão tomados em conta os agravamentos de impostos, incluindo os de taxas e sobretaxas ou quaisquer outros, ocorridos depois de 1 de Outubro de 1949.

§ único. A cotação média de cada produto em 1949 será fixada por despacho do governador da provincia, ouvidos os serviços competentes.

Art. 2.º O Conselho Técnico-Aduaneiro das provincias ultramarinas onde o Decreto-Lei n.º 38:704 tiver applicação reunirá, normalmente, nos últimos cinco dias de cada mês, para fixar o montante das sobrevalorizações a considerar para a deducção de percentagens durante o mês seguinte. O mesmo Conselho reunirá extraordinariamente quando se verificarem, em relação a qualquer produto sujeito ao regime do mesmo decreto, variações de cotação superiores a 20 por cento, para determinar as sobrevalorizações a considerar até ao fim do mês.

§ 1.º As reuniões extraordinárias realizar-se-ão no próprio dia em que o banco emissor comunicar ao Conselho Técnico-Aduaneiro a variação da cotação, ou, o mais tardar, no dia seguinte.

§ 2.º Para os efeitos do presente artigo e do artigo anterior, os bancos emissores do ultramar enviarão obrigatoriamente ao Conselho Técnico-Aduaneiro da respectiva provincia boletins das cotações dos vários produtos até ao dia 25 ou 26 de cada mês e, no caso de ter havido alteração das cotações, nas vinte e quatro horas seguintes.

Art. 3.º Em cada provincia ultramarina onde o Decreto-Lei n.º 38:704 estiver em execução o governador respectivo nomeará por portaria uma comissão para colaborar com o Conselho Técnico-Aduaneiro na fixação das sobrevalorizações, na qual terão representação, além dos organismos económicos e de coordenação económica interessados, a agricultura, o comércio exportador e a indústria mineira.

§ 1.º Os representantes das actividades referidas na parte final deste artigo serão propostos em lista triplíce pelas associações respectivas, se as houver.

§ 2.º Compete especialmente à comissão:

a) Prestar ao Conselho Técnico-Aduaneiro, até ao dia 25 ou 26 de cada mês, informação fundamentada, e tanto quanto possível documentada, para o efeito de serem mensalmente fixadas as sobrevalorizações, propondo o respectivo montante em relação a um ou mais produtos se entender que o anterior deve ser alterado;

b) Propor que as sobrevalorizações sejam extraordinariamente alteradas quando se verificarem as variações previstas na segunda parte do artigo 2.º;

c) Emitir parecer sobre todos os assuntos relacionados com a execução do Decreto-Lei n.º 38:704, a pedido do Conselho Técnico-Aduaneiro ou por determinação do governador da provincia, nomeadamente para os fins do artigo 12.º deste diploma.

Art. 4.º Os governadores das provincias ultramarinas tomarão as providências necessárias para que os preços dos géneros de produção indígena no mercado interno não desçam, em consequência da execução do Decreto-Lei n.º 38:704, a um nível inferior à média de 1949.

Art. 5.º O recurso das resoluções do Conselho Técnico-Aduaneiro, permitido pelo § único do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 38:704, não tem efeito suspensivo.

Art. 6.º As percentagens para o Fundo de Fomento e Povoamento e para o capital de fomento e povoamento incidem sobre 75 por cento da sobrevalorização do produto exportado pelo produtor ou industrial, ou, de sua conta, à comissão, e sobre 85 por cento da sobrevalorização do produto exportado pelo exportador não produtor.

Art. 7.º A sujeição ao regime do Decreto-Lei n.º 38:704 de outros produtos diferentes dos indicados no § único do artigo 1.º do mesmo diploma poderá ser determinada em portaria pelo Ministro do Ultramar ou por iniciativa própria ou sob proposta dos governadores das provincias ultramarinas.

Art. 8.º A libertação de qualquer produto do regime do Decreto-Lei n.º 38:704 pode ser determinada pelo Ministro do Ultramar quando proposta pelos governadores das provincias ultramarinas, por sua iniciativa ou a requerimento dos interessados, com base em estudos económicos, objectivos e documentados, sobre a produção e o comércio interno e externo do produto.

Art. 9.º A inspecção e a fiscalização da execução do Decreto-Lei n.º 38:704 na provincia ultramarina em que esteja em execução ficam a cargo de um inspector superior de fomento, para o fim designado em despacho do Ministro do Ultramar, nos termos do artigo 39.º, n.º 3.º, do Decreto n.º 26:180, de 7 de Janeiro de 1936.

§ único. No despacho de nomeação dos inspectores superiores a que se refere este artigo será indicado o serviço da provincia ultramarina por onde correrá o expediente respectivo.

Art. 10.º A entrega da percentagem de 50 por cento para os fins do depósito obrigatório a que se refere o artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 38:704 pode ser garantida nas alfândegas por qualquer forma de caução admitida pela legislação aduaneira e por prazo não superior a cento e vinte dias.

§ único. Na percentagem a que se refere este artigo pode ser incluída, a requerimento do interessado, a percentagem retida por força do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 38:659, de 26 de Fevereiro de 1952. As quantias assim retidas ficam a fazer parte do capital de fomento e povoamento, no qual serão incorporadas logo que a retenção deixe de subsistir, pela devolução das mesmas aos bancos emissores para o fim previsto no § único do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 38:704.

Art. 11.º O capital constituído nos termos do artigo anterior destina-se aos fins seguintes, segundo a ordem de preferéncia aqui expressa:

a) Obras de alargamento ou aperfeiçoamento das propriedades ou instalações agrícolas, comerciais ou industriais dos depositantes;

b) Outros empreendimentos de utilidade para a economia em geral realizados pelos mesmos;

c) Obras especificadas no artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 38:704, mediante empréstimo emitido pelo Governo da provincia.

Art. 12.º Nos termos do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 38:704, fica conferida delegação aos governadores das provincias ultramarinas para autorizarem a movimentação da conta «Capital de fomento e povoamento» para os fins das alíneas a) e b) do artigo 11.º e para satisfação de encargos assumidos à data deste diploma para os mesmos fins e devidamente comprovados. Delegação é ainda conferida para a aprovação dos planos e pedidos apresentados, depois de consulta à secção permanente do Conselho do Governo até investimentos de 2.500.000\$ e ao Conselho do Governo para investimentos superiores a essa importância.

§ 1.º Às sessões da secção permanente ou do Conselho do Governo assistirá, por convocação do respectivo presidente, o inspector superior a que se refere o artigo 9.º deste diploma, sem voto.

§ 2.º Sempre que o governador da província julgar conveniente, fará examinar os planos e pedidos referidos neste artigo pelos serviços técnicos da província, devendo porém marcar no despacho respectivo o prazo para o estudo e informação, que nunca deverá ser superior a trinta dias.

§ 3.º No caso de o depositante ser exportador não produtor, a conta «Capital de fomento e povoamento» poderá ser movimentada, nos termos deste artigo, a requerimento do interessado, para transferência nominal de qualquer importância do depósito obrigatório a favor de outrem, para os fins do artigo anterior.

§ 4.º A autorização para a movimentação da conta «Capital de fomento e povoamento» e a aprovação dos planos e pedidos ficam condicionadas à obrigatoriedade de o requerente aplicar as respectivas importâncias nos termos da lei, do que fará a respectiva prova junto do governador da província. Se a prova não for aceite, o governador poderá revogar as suas autorizações e aprovações concedidas.

§ 5.º Das decisões proferidas pelo governador da província ultramarina cabe recurso, no prazo de trinta dias, para o Ministro do Ultramar, que resolverá em definitivo. O recurso deverá ser acompanhado do parecer do inspector superior de fomento a que se refere o artigo 9.º deste diploma.

Art. 13.º As importâncias dos descontos para o fundo de capital só serão consideradas para o cômputo dos impostos de rendimento e complementar na medida em que forem libertadas nos termos do artigo 12.º

Art. 14.º Os bancos emissores deverão ter o governador da província ao corrente dos depósitos e sua movimentação por intermédio dos serviços de Fazenda e contabilidade; sem qualquer ónus para os proprietários destes depósitos; e os serviços aduaneiros enviarão mensalmente aos respectivos serviços de Fazenda e contabilidade os seguintes elementos:

1.º Relação nominal de todas as importâncias cobradas em cada mês e depositadas na caixa do Tesouro para crédito da conta de «Capital de fomento e povoamento», acompanhada dos decalques das guias de depósito bancário, com os respectivos recibos;

2.º Relação dos termos de caução relativos àquele mesmo mês e aceites nos termos do artigo 10.º, com indicação das respectivas importâncias e períodos de validade;

3.º Relação nominal dos depósitos efectuados pelo resgate e cobrança das cauções prestadas, suas importâncias e mês ou meses a que respeitam, acompanhada das respectivas guias de depósito bancário, nas condições do n.º 1.º deste artigo;

4.º Relação nominal da movimentação de créditos, nos termos do § 3.º do artigo 12.º

Art. 15.º Diploma especial regulará as condições da emissão dos empréstimos a que se referem a alínea b) do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 38:704 e a alínea c) do artigo 11.º deste diploma e nele se terá em vista a mobilização do capital depositado, no interesse do Estado e dos depositantes.

Art. 16.º Os governos das províncias ultramarinas enviarão com regularidade ao Ministério do Ultramar os documentos seguintes:

1.º Relação dos depósitos efectuados no banco emissor provenientes das percentagens cobradas em cada mês para o Fundo de Fomento e Povoamento, com discriminação das importâncias correspondentes a cada

produto, a cada uma das percentagens aplicadas e às exportações de produtos a preços tabelados;

2.º Relação dos levantamentos efectuados em cada mês, com indicação da autorização dada para cada um deles;

3.º Extracto bancário do saldo da conta no fim de cada ano civil.

Art. 17.º Os casos omissos e as dúvidas de interpretação serão resolvidos por despacho ministerial, sob proposta dos governadores das províncias ultramarinas e parecer do inspector superior a cargo de quem estejam a inspecção e a fiscalização referidas no artigo 9.º

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 17 de Maio de 1952.— FRANCISCO HIGINO CRAVEIRO LOPES — António de Oliveira Salazar.

Para ser publicado no *Boletim Oficial* de todas as províncias ultramarinas.— *Oliveira Salazar*.

Direcção-Geral de Fazenda

1.ª Repartição

2.ª Secção

Portaria n.º 13:970

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Ultramar, nos termos do artigo 17.º do Decreto n.º 35:770, de 29 de Julho de 1946, abrir na província ultramarina de Timor, com contrapartida nos saldos das contas de exercícos findos, um crédito especial de 30.000\$, destinado a suportar os encargos resultantes da aquisição de material didáctico para o Colégio-Liceu.

Ministério do Ultramar, 17 de Maio de 1952.— O Subsecretário de Estado do Ultramar, António Trigo de Morais.

Para ser publicada no *Boletim Oficial* de Timor.— *Trigo de Morais*.

Portaria n.º 13:971

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Ultramar, o seguinte:

1) Em Moçambique

Nos termos do § 1.º do artigo 9.º do Decreto n.º 35:770, de 29 de Julho de 1946:

a) Reforçar com 30.000\$ a verba do capítulo 10.º, artigo 1166.º, n.º 3), alínea a) «Encargos gerais — Despesas de comunicações — Transporte de material, fretes, seguros, despachos e outras despesas conexas — Da metrópole para a província», da tabela de despesa ordinária do orçamento geral em vigor, usando para contrapartida igual importância da verba do capítulo 4.º, artigo 38.º, n.º 1), alínea a) «Administração civil — Despesas com o pessoal — Remunerações certas ao pessoal em exercício — Pessoal dos quadros aprovados por lei — Vencimentos», da mesma tabela de despesa.

2) Em Macau

Nos termos do artigo 8.º do Decreto n.º 35:770, de 29 de Julho de 1946, com contrapartida nos saldos das contas de exercícos findos:

a) Abrir um crédito especial de \$ 60.000,00, destinado a reforçar a verba do capítulo 6.º, artigo 140.º